



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**APONTAMENTOS SOBRE HOMENS E MULHERES NEGRAS NA
SOCIEDADE ESCRAVISTA DE ZABELÊ, PARAÍBA DO NORTE:REGISTROS
DE NASCIMENTO E ÓBITO DE ESCRAVOS (1850 – 1865)**

SHIRLEY BEZERRA FELIX DA SILVA

CAMPINA GRANDE,

Junho de 2021

**APONTAMENTOS SOBRE HOMENS E MULHERES NEGRAS NA
SOCIEDADE ESCRAVISTA DE ZABELÊ, PARAÍBA DO NORTE:
REGISTROS DE NASCIMENTO E ÓBITO DE ESCRAVOS (1850 – 1865)**

SHIRLEY BEZERRA FELIX DA SILVA

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado (a) em História.

Orientador (a): Dra. Juciene Ricarte Apolinário

Campina Grande,

2021

SHIRLEY BEZERRA FELIX DA SILVA

**APONTAMENTOS SOBRE HOMENS E MULHERES NEGRAS NA
SOCIEDADE ESCRAVISTA DE ZABELÊ, PARAÍBA DO NORTE:REGISTROS
DE NASCIMENTO E ÓBITO DE ESCRAVOS (1850 – 1865)**

Trabalho de Conclusão do Curso avaliado em 01/06/2021 com o conceito 10

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Dra. Juciene Ricarte Apolinário

Examinador interno (a): José Otávio Aguiar

Examinador externo(a) José Paulo Rosa da Conceição

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todos os meus ancestrais, que lutaram para que hoje eu estivesse aqui. E a todos os esquecidos e oprimidos pela história.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus ancestrais pela luta que tiveram por tantos anos para que pessoas como eu estivessem ocupando esse lugar, que por muito tempo foi para poucos.

Agradeço aos meus pais os senhores, Lenildo Felix da Silva e Inacia Aparecida Bezerra da Silva, pelo apoio, pela força e garra que me passaram nestes quatro anos de graduação. Não há agradecimentos que caibam nesse trabalho para o tanto que fizeram por mim, e o quanto provaram que apesar de sermos pobres, podemos sim, fazer uma graduação, ou sustentar a filha em uma graduação.

Ao meu irmão John, por ser meu parceiro em todos os momentos, que tomou meu lugar de irmã mais velha, quando os meus pais estavam doentes e eu estava na graduação.

A minha orientadora Juciene Ricarte, pela paciência, palavras de incentivo, apoio, e força que me deu durante a graduação. Serei extremamente feliz se algum dia chegar a ser a professora que a senhora é.

Aos meus professores desde o fundamental, da Escola Estadual Maria Celeste do Nascimento, na cidade de Zabelê, aos meus professores do ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Monteiro. Não há palavras no vocabulário que signifiquem a importância de cada um de vocês na minha vida.

A Manuela Aguiar, minha professora que tem o mais lindo brilho no olhar quando ministra suas aulas, que transborda amor em casa palavra, em que o aluno percebe de longe seu amor pelo ensino de história.

Aos professores da graduação, que me ensinaram tanto, especialmente aos professores José Otávio e Michelly Cordão, por me ensinarem a amar o oriente tal como eu o amo hoje.

Ao senhor Olavo, que fica em sua lanchonete e salva muitos alunos todos os dias. As nossas conversas de todas as manhãs, falando sobre a política brasileira o “Não vou aumentar o preço, tenho filhos na faculdade e eu sei o que vocês passam!”, ou o “Bom dia Sr, Olavo” e o senhor responder “É café, né minha filha?”, estarão tatuados em minha memória.

A minha amiga e irmã Angela Oliveira, que maravilhoso foi encontrar uma amiga como você em um ambiente tão novo como a universidade. Nós choramos, rimos, pesquisamos, debatemos e criamos teorias juntas, durante quatro anos. Você segurou meu

choro, e eu sei que segurei o seu. Ter você como apoio, nos surtos e crises foram essenciais para minha permanência no curso.

Bruna Santiago, Bruno Oliveira e Larrissa. Se Deus existe, foi na união desse grupo tão diferente e tão igual que ele agiu (risos), ter vocês como amigos é uma dádiva. Poder compartilhar de tantos momentos, saber que posso mandar áudio chorando, saber que posso querer fugir com vocês. Compartilhar meus sonhos, minhas frustrações, e saber que vocês me inserem na vida de vocês é um dos melhores presentes que a graduação poderia me dar.

A Barbara Arruda, vulgo “Rainha das arábias”, colega de graduação e a melhor orientalista que vocês terão a sorte de conhecer. Raimundo César, com quem eu sei que posso passar dias fofocando na pracinha do BC. Wendy Nicollas vulgo Fadinha, o cara mais otimista da UFCG, agradeço o apoio, as risadas, as conversas e o “Vai dar certo” de sempre.

Elísia, Natacha, Gabriel, pelo apoio no meu momento de bad, os rolês, e por me convidarem pra sair sempre. Vocês são luz, são especiais e são a melhor parte da turma.

Larissa minha outra irmã, agradeço pela amizade de tantos anos e por ter colocado duas crianças no mundo que são Nathan e Nathália, minhas estrelinhas, que nasceram nesse mundo caótico para abrilhantar meus dias. Desculpa amiga por ser uma amiga e uma comadre ausente.

Ilma, Tallyta e Kelly. Obrigada por tanto, por esses 11 anos de amizades, pelo apoio, conselhos, e por desde o primeiro momento em que pisei os pés em Zabelê, serem minhas amigas e estarem comigo apesar da distância. Vivam bem e plenamente, gozem do doce sabor da vida vocês merecem o mundo e quero estar perto para ver cada uma conquistando-o.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

Ninguém ouviu, um soluçar de dor num canto do Brasil (Clara Nunes – O canto das três raças)

“O Brasil é um país de indígenas, construído pelos negros em benefício dos brancos” (Abdias Nascimento)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata de apontamentos sobre a presença escrava no município de Zabelê da segunda metade do século XIX, localizada no sul da região do Cariri paraibano, mais especificamente entre os anos de 1850 – 1865. O recorte histórico foi delimitado a partir da documentação eclesiástica como Livros de Nascimento e batismo que foram arrolados e analisados. O interesse pelo trabalho, surgiu pela falta de pesquisa acerca da história da escravidão em Zabelê, como também das cidades circunvizinhas dos interiores da Paraíba. Durante a pesquisa, se percebeu que o forte discurso de memorialistas religiosos, ainda vigente, invisibilizava a população escrava na história local, no entanto fontes documentais paroquiais e cartorários evidenciam a presença escrava negra em Zabelê e em outras localidades. Documentação esta que nos revela a presença escrava em uma área muito mais rural estruturada em fazendas criatórias fincadas no sul do Cariri paraibano com toda a sua riqueza ambiental semiárida e que foi palco das lutas e resistências dos povos indígenas Tarairiú e Kariri já no final do século XVII. Nosso trabalho dialoga com os conceitos de história local de Goubert Pierre (1972) e de autores que trabalham com o tema Escravidão Negra no Brasil como Silvia Hunold Lara, Solange Rocha, Hebe Mattos e Juciene Ricarte Apolinário.

Palavras-chave: Escravidão Negra, Fontes Eclesiásticas, História Local e História das Doenças.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa representando o território povoado pelos Oliveira Ledo.	27
Figura 2: Mapa da região Sul do Cariri paraibano.	28
Figura 3: Mapa distribuição de etnias indígenas do Sul do cariri paraibano.	25
Figura 4: Iambu\ Pássaro Zabelê.	31
Figura 5: Capela de Santa Clara, 2020.	40
Figura 6: Interior da Capela Santa Clara, 2021.	40
Figura 7: Cemitério de Santa Clara, 2021.	44

Lista de Tabelas

Tabela 1 Crianças Batizadas em Zabelê (1850 - 1865).....	34
Tabela 2 Padrinhos, Madrinhas e suas condições jurídicas (1850 - 1865).	37
Tabela 3: Nomenclaturas do oratório de Santa Clara (1850 - 1865).	38
Tabela 4: Escravizado acometido pela cólera em Zabelê.	43

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO I: REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E NA PARAÍBA	15
1.1. Resignificandos alguns estudos sobre escravidão negra na Paraíba	19
2. CAPÍTULO II: POPULAÇÃO ESCRAVA NOS LIVROS DE BATISMOS E DE ÓBITOS E A CÓLERA EM ZABELÊ	24
2.1. Zabelê: um município do Sul do Cariri Paraibano	27
2.2. A presença escrava nos livros de batismo de Zabelê	32
2.3. Vestígios da Cólera e mortes de escravos em Zabelê nos livros de Óbitos	41
FONTES DOCUMENTAIS PESQUISADAS	47
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	47

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX no Brasil pode ter uma palavra norteadora que seria modificação, já que, estamos falando em um período em que o império brasileiro passava por crises e conflitos internos e externos e o sistema escravista que já perdurava por 300 anos, estava também em crise. Tendo também as endemias como a de Cólera, em sua participação no recorte analisado de 1850 a 1865. O fortalecimento do movimento abolicionista com nomes como Joaquim Nabuco e Luiz Gama foi um período de uma certa modernização no país com a proibição das benzedadeiras e dos curadores que, desde a colonização, era quem cuidava dos enfermos. Agora, tinha-se a figura dos médicos, os cemitérios públicos e comunitários; a moda, as brincadeiras passavam por modificações como conta a historiadora Mary del Priore na obra “Histórias da gente brasileira” (2016).

A presente pesquisa tem como objetivo de evidenciar a presença de homens e mulheres negras escravizadas na localidade Zabelê na então Paraíba do Norte da segunda metade do século XIX, mais especificamente entre os anos de 1850 – 1865. Recorte histórico a partir da documentação eclesiástica como Livros de Nascimento e batismo que foram arrolados e analisados subsidiados pelas leituras que tratam da temática escravidão negra no Brasil e na Paraíba do século XIX como abordaremos no capítulo 1 deste trabalho monográfico.

Para isso, fora analisado os discursos contidos de obras de Rietveld¹, que contribuem para o apagamento do protagonismo dos escravos na região. Como também se procurou provocar ao leitor do trabalho a reflexão do porquê tantos empecilhos para a realização a pesquisa no que se diz respeito as fontes manuscritas paroquiais uma vez que as obras aqui analisadas foram gestadas no âmbito da Igreja Católica como poderemos observar ao longo da pesquisa.

A temática surge, a partir do componente Paraíba I, contido no currículo da graduação plena em história da Universidade Federal de Campina Grande. Tendo em vista que poucos graduandos e professores, conheciam sobre a existência do município, ao qual a referente pesquisadora habitava. Com isso, se teve a necessidade de pesquisar sobre a

¹As obras que serão analisadas se intitulam: “Na sombra do Umbuzeiro: História da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro” (1999), e a obra em que escreve juntamente com Sandra Valéria da Silva Xavier e Elaine Cristina de Sousa Silva, intitulada “A herança de Manuel Monteiro: Duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)” (2002)

história do local, para que este estivesse eternizado, e que outras pessoas conseguissem conhecer um pouco da cidade através da pesquisa.

A partir do início da pesquisa em meados de 2019, observou-se que se tinha livros de história local do Padre João Jorge como referência sobre a cidade de Zabelê e que a escrita era voltada ao cunho religioso e positivista, mesmo que citasse os povos originários e os negros. As obras narravam a construção de cada capela das respectivas paróquias de Monteiro e São Sebastião do Umbuzeiro.

Até então não havia nenhum trabalho científico para o campo da história sobre a presença escrava em Zabelê. Para tanta mergulhamos na historiografia paraibana sobre o tema Escravidão Negra para subsidiar a nossa escrita. Destacamos os trabalhos de: Solange Rocha em: “Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual”, (2007). Lucian Souza da Silva na obra “Nada mais sublime que a Liberdade: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870 – 1888). Eleonora Felix da Silva “Escravidão e resistência na “cidade d’Arêa” oitocentista”, (2010). José Pequeno Filho: “Experiências vividas: Escravidão e formação histórica de São João do Cariri (1873 – 1843)” (2017). Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu: “Senhores e escravos do sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência. 1850 – 1888” (2011)., Luciano Mendonça de Lima: “Cativos da “Rainha da Borborema”: Uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX”, (2008), entre outros, que pesquisam sobre a Escravidão nas mais diversas cidades paraibanas.

Tendo em vista que a busca por se estudar a história do povo preto no Brasil, tem-se chegado a um patamar considerável apesar de que ainda há poucos pretos que escrevem sobre a escravidão, o tema se torna importante até mesmo para a atualidade uma vez que a) trata-se da escravidão na sua dinamicidade e complexidade e não como mostra os livros didáticos tratando os pretos como seres passivos e sim mostrando sua resistência ao sistema que os genocida e b) trata de história local e da história do que futuramente seria uma cidade do interior paraibano (Zabelê), interior esse que por diversas vezes é esquecido pelos pesquisadores que preferem focar seus estudos nos grandes centros urbanos e\ou os grandes centros industriais como Campina Grande e João Pessoa se formos falar da Paraíba.

Encontra-se, pois, um cenário parcialmente apresentado; vamos ao enredo que guiará a nossa escrita: desenvolver um estudo sobre a história social da escravidão, de forma específica no sul do Cariri paraibano em plena natureza semiárida. Além do mais,

este trabalho tem a pretensão de enriquecer o debate historiográfico sobre o cotidiano escravista nas regiões interioranas do Brasil, visto a necessidade de considerar tanto as especificidades como as circunstâncias históricas diferenciadas a cada região ². Este trabalho se trata de uma pesquisa documental, usando como fonte livros de tombo que fazem parte dos documentos do Instituto Histórico Geográfico do Cariri.

Como já foi asseverado, a linha teórico metodológica da pesquisa escolhida foi a história social. Que é uma linha que chega ao Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, tendo nomes como: Emilia Vioti, Sidney Chalhoub e Hebe Matos como pioneiros, em um encontro da História e a antropologia, visando o “O homem em sociedade como objeto final da pesquisa”, como afirma Hebe Matos. Estes autores trazendo seus conceitos e ligando-os ao sociólogo Abdias nascimento como o conceito de genocídio contido na obra “O genocídio do negro brasileiro”, o de abolição tido na obra de Emilia Viotti “A Abolição” (1982), e na “Ordem do Discurso” de Michael Foucault (1996), o de história local tido por Goubert Pierre no artigo “História local” (1972), e a teoria de apagamento histórico do filósofo, Paul Ricoeur em “História, Memória e esquecimento”, a pesquisa procura dialogar tendo a história social como base de seu referencial teórico e com a narrativa que pesquisadores pretos trazem sobre a temática.

Juntamente a essas fontes primárias foi decidido utilizar somente autores brasileiros que pesquisam sobre escravidão no Brasil tais como: Luciano Mendonça na tese de doutorado “Cativos da “Rainha da Borborema”: Uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX”, (2008). Solange Rocha em “Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual”, (2007). Laurentino Gomes em “Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de zumbi dos Palmares” (2019), Juciene Ricarte Apolinário. Escravidão Negra no Tocantins Colonial (2007), entre outros.

Sendo assim, a pesquisa se apresenta em dois capítulos. O primeiro que se intitula Revisitando a Escravidão Negra no Brasil e na Paraíba. O segundo trata-se do coração da pesquisa, onde são analisados os registros de batismo e óbitos na cidade de Zabelê, entre os anos de 1850 e 1865, tratando de como a igreja apagou a identidade dos escravizados e comprovando que em Zabelê, existiu sim, a presença de escravizados.

²Apolinário chama-nos atenção para a falta de preocupação de muitos historiadores em considerar as especificidades regionais, esquecendo que as regiões brasileiras possuem as suas próprias circunstâncias históricas. Ver: APOLINÁRIO, 2007, p 25.

1. CAPÍTULO I: REVISITANDO A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E NA PARAÍBA

Novas contribuições historiográficas para o tema “escravidão” despontaram nos anos 70. Entretanto, as discussões em torno desse enfoque histórico fizeram parte de abordagens mais amplas. Era discutido o tipo de modo de produção que poderia ter sido formado no Brasil Colonial. Esta vertente historiográfica era representada por estudiosos como Fernando Antônio Novais, Ciro Flamarion Santana Cardoso, Jacob Gorender, Antônio Barros de Castro e outros. Esses estudiosos, ao formularem seus discursos, preocuparam-se, prioritariamente, em utilizar as ferramentas conceituais do marxismo. Como afirmou Silva Hunold Lara, “[...] ao invés de alterar, radicalmente, a forma de abordagem e análise do tema em discussão os confrontos teóricos da década de 70 nunca chegaram a terminar” (LARA, 1988, p. 215).

Ao analisar a relação senhor-escravo, essa corrente historiográfica, citada acima, visualizou a violência enquanto instrumento coercitivo que ajudava a manter intacta a ordem escravista. E quanto ao escravo? Este era apresentado como força de trabalho compulsório inserido num sistema que o absorvia.

Ao repensar as teses relativas à escravidão no Brasil surgidas nos anos 60 e 70, observa-se que elas foram responsáveis pela formação de excelentes historiadores até nossos dias. No entanto, suas análises se afiguram, hoje, limitadoras de uma realidade histórica mais complexa. Mas admitimos que “[...] as visões históricas não são iguais, elas se chocam, se negam, se completam, se articulam” (PAULO, 1994, p. 8). Essa é a dinâmica da ciência histórica.

Emilia Viotti da Costa escreveu em 1966 o clássico *Da Senzala à Colônia*. Em seu estudo, a autora não percebeu o escravo como *coisa*. Fugindo da análise estritamente econômica e sociológica, reconstituiu aspectos cotidianos da senzala, como os ritos, as crenças e as danças. A partir dessa análise constatou a crueldade presente na escravidão. A resistência escrava e as revoltas nas senzalas foram consideradas por ela chaves fundamentais para o entendimento da falência da escravidão.

Discorrendo sobre alguns trabalhos que se voltaram para aspectos relacionados à subjetividade dos escravos, Jacob Gorender, em seu livro *Escravidão Reabilitada* (1990), analisa a corrente historiográfica surgida no final dos anos 70 e início dos anos 80. O

autor elucida que o seu propósito, nesse trabalho, é trazer à tona as discussões de historiadores que, para ele, tentaram “redesenhar o perfil da escravidão com o objetivo de reabilitá-la”.

Ao insistir em refutar os historiadores que se voltaram para análises psicossociológicas do escravismo brasileiro, Gorender privilegiou tão somente os aspectos economicistas desse tema em destaque. Ele esquece que os cativos eram muito mais que mão-de-obra à mercê das eventualidades da economia mercantilista luso-brasileira. Os homens e mulheres negras reagem diante das circunstâncias do cotidiano e, mesmo submetidos à escravidão, tinham valores e projetos que os impulsionavam a criarem alternativas de vida distintas das de seus senhores. Compreendemos dessa forma que qualquer tipo de formação social deve ser analisado, levando-se em consideração os seus diversos aspectos, sejam: econômicos, políticos, mentais, culturais, dentre outros. Só assim, torna-se possível ultrapassarmos as visões unilaterais da história.

Historiadores vinculados às histórias social e cultural combateram a imagem do *escravo-coisa*, a partir de novas fontes históricas, especialmente cartoriais como inventários, testamentos e processos crime. Como exemplo Sidnei Chalhoub estudando as últimas décadas da escravidão através dos processos crime envolvendo escravos e senhores, revelou como os cativos exploraram ativamente, em seu proveito, as brechas legais da sociedade escravista lhes garantindo conquistas de direitos (CHALHOUB, 1990, pp. 35-42).

A questão da adoção da mão-de-obra africana, como base do escravismo colonial, também, se constituiu em um importante campo da historiografia da escravidão. Neste debate opõem-se principalmente as teses de Fernando A. Novais e Ciro Flamarion Santana Cardoso. Para Novais, a utilização dos africanos estaria relacionada aos lucros auferidos no tráfico negreiro, pelo sistema colonial. Ou seja, foi o interesse no capital gerado pelo tráfico negreiro que determinou a substituição da escravidão indígena pela escravidão africana. Para Ciro Flamarion, a adoção da mão-de-obra africana estaria ligada a questões conjunturais, e estruturais do processo de colonização, relacionadas com a distribuição demográfica dos índios, aspectos culturais e sociais destes e a experiência portuguesa com a utilização dos africanos em sua empresa colonial (Apolinário, 2001, p 21).

Durante a década de 1980 a escravidão negra foi repensada graças a uma renovação dos estudos sobre o escravismo moderno, resultado de ampla influência da

vasta produção bibliográfica desenvolvida nos Estados Unidos. Sob a influência de novas possibilidades e perspectivas teóricas e metodológicas, o escravismo brasileiro ganhou novas abordagens e estas não traziam mais o escravo como sujeito “coisificado” sem vontade própria em decorrência do tempo em cativeiro que o tornava submisso ao senhor como afirmou Fernando Henrique Cardoso³ que “no geral era possível obter a coisificação subjetiva do escravo [...] Os escravos foram testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passível”. (CARDOSO *apud* APOLINÁRIO, p. 34).⁴

Grande leva dos historiadores e sociólogos da década de 1960 viam no sistema escravista uma instituição excludente alicerçada na violência que transformava o escravo em objeto, ou seja, este perdia sua condição de autonomia e passava a ser objeto de seu senhor. A teoria de “coisificação” proposta pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso fora bastante criticada por intelectuais das décadas seguintes. Clóvis Moura (1988)⁵ foi um desses que criticava a teoria da coisificação dos sujeitos inseridos no sistema escravista.

Até mesmo esses intelectuais que refutavam teorias como a da “coisificação” acabava reproduzindo-a já que, para ele, o escravo quando se rebelava não possuía meios cognitivos capazes de concedê-lo autonomia. Esses homens, mulheres e crianças negras inicialmente deslocadas do continente africano bem como seus descendentes nascidos já no Novo Mundo submetido a peças comerciais, tiveram por muito tempo sua existência simplificados relegados a um sistema rígido que os colocavam sempre como vítimas.

Perguntas frequentes como o que o escravo pensava? Quais suas intenções? Como ele sobrevivia fora da relação do paternalismo? Estas e outras perguntas fomentaram e deram novos impulsos para a década de 1980 que privilegiavam não só os aspectos sociais das conturbadas relações senhor-escravo, mas também os aspectos da diversidade de organização socioculturais, dando nova ênfase e perspectivas para a pesquisa histórica sobre a escravidão no Brasil. Aos poucos se percebia que os escravos possuíam certa autonomia com relação ao ciclo de vida⁶ e mobilidade em detrimento do julgo senhorial.

³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade. Rio Grande do Sul. São Paulo: DIFEL.

⁴ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial. Vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. 2. Ed. Goiânia: Kelps, 2007.

⁵ MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 4º edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

⁶ COSTA, Iraci Del Nero da & SLENES, R.W & SCHWARTZ, Stuart B. **“A Família escrava em Lorena (1808)”**.

Esses sujeitos passaram a ser vistos como pessoas atuantes do seu tempo, participando dinamicamente da história. Segundo Stuart B. Schwartz (2009)⁷ o centenário da abolição em 1988 foi o auge de interesse, por parte dos pesquisadores da História colonial e imperial do Brasil, pela cultura afro-brasileira.

Como aponta Silvia Hunold Lara (2007):

“A partir da década de 1980, os estudos sobre a escravidão dos africanos e seus descendentes no Brasil, passaram por transformações que redimensionaram a abordagem do tema. Questionando as amarras estruturais de paradigmas explicativos fixados na década de 1960, vários pesquisadores enfatizaram a necessidade de procurar outras perspectivas de análises. Ao criticar o enfoque estritamente macroeconômico e a ênfase no caráter violentos e inexorável da escravidão, observaram que o resultado da maior parte da produção sobre o tema era uma história que, mesmo sem o desejar, era uma história que se apoiava numa ótica senhorial que era inevitavelmente excludente. Recuperando movimentos e ambiguidades que antes poderiam parecer surpreendentes, valorizaram a experiência escrava, que passou a ser analisada com base em outros parâmetros. Assim, os valores e as ações dos escravos foram incorporados como elementos importantes para a compreensão da própria escravidão e de suas transformações” (LARA, 2007, p25).

Na década de 1990 é de extrema importância citar, também, estudos como o do historiador Eduardo França Paiva⁸ e sua análise sobre a trajetória dos homens e mulheres negros nas minas setecentistas que criavam estratégias para se libertarem através dos testamentos (APOLINÁRIO, 2007, P 23). Na década de noventa, momento significativo para a produção historiográfica sobre a escravidão negra, Manolo Florentino e José Luís Fragoso⁹ publicavam o artigo intitulado “*Marcelinho, filho de Inocência crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul*”, que provocou inúmeros debates dentro e fora do universo acadêmico por trazer “à tona metodologia e informações para o estudo geracional entre os escravos”¹⁰.

Em outro estudo, Manolo Florentino e José Roberto Góes¹¹ abriam novas discussões sobre a organização da família escrava e compadrio assim como pesquisa

Estudos Econômicos. 17(2), maio/ago. 1987, pp. 257.

⁷ História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001

⁹ FRAGOSO, J. L. R. & FLORENTINO, M. G. **Marcelino, filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)**. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 17, número 2, pp. 151-173, maio/ago. 1987.

¹⁰ SCHLEUMER, Fabiana. **Cenários da Escravidão Colonial**. In Revista Ultramares. Dossiê N° 1, Vol.1, jan-jul/2012. pp. 97-120.

¹¹FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

semelhante do historiador Robert W. Slenes, que dentre outros estudos importantes para a compreensão do mundo escravista, lançou pesquisa¹² semelhante no período imperial, no Brasil.

Fica evidente na produção historiográfica sobre a escravidão negra, que era necessário não enxergar o escravo como “coisa”, mas adentrar no cotidiano desses sujeitos para uma melhor compreensão de como se inseriam na sociedade. A partir de essas novas discussões lançarem as lentes da pesquisa para outras circunstâncias que por muito tempo não faziam parte do (e quando faziam eram consideradas a margem da produção) seletivo critério do que era ou não digno de se estudar a época.

A historiografia brasileira por muito tempo considerou a escravidão negra, seja no período colonial ou imperial, homogênea. Os homens e mulheres marcados pelo crivo doloroso da diáspora eram vistos sobre a ótica bilateral: “de um lado Zumbi de Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; do outro, Pai João, a submissão conformada” (REIS e SILVA, 1989, p. 13). Para muitos historiadores o escravo não se situava em uma posição intermediária, ou seja, a de negociação. Ele sempre estava a serviço do seu senhor sendo subserviente e conformado com a situação imposta, ou, estava resistindo arquitetando fugas, formando quilombos, destruindo plantações etc. Ainda é difícil para muitos historiadores, aceitar que o grupo social escravo, em uma sociedade escravista em que o seu instrumento principal de manutenção era a violência, tenha tido relações negociáveis com a classe senhorial. “Não se quer afirmar que havia relações idílicas entre escravos e senhores, mas sim padrões de negociações que poderiam partir dos próprios escravos” (APOLINÁRIO, 2007, p. 115).

1.1 Ressignificando alguns estudos sobre escravidão negra na Paraíba

Inicialmente não se pode tratar do tema Escravidão Negra na Paraíba sem destacamos o livro *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*, da historiadora Diana Soares Galliza, publicado no ano de 1979, em que demonstra forte presença de escravos na economia caririense que empreendeu um trabalho sobre o declínio da escravidão na Paraíba na segunda metade do século XIX¹³. A autora enfatizou a importante presença escravista na região da pecuária paraibana, se contrapondo notoriamente às perspectivas

¹² SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1999.

¹³ GALLIZA, 1979.

de Capistrano de Abreu¹⁴ e Irineu Joffily¹⁵, os quais observaram o escravo somente como elemento de ostentação de poder. Fundamentou seu trabalho nas fontes documentais encontradas naquela região, com destaque para os inventários, que revelaram o cativo como elemento essencial para a economia, abrindo o debate para novos redimensionamentos a respeito da presença escrava no sertão. A autora destacou a presença do cativo como trabalhador nas fazendas de gado, como auxiliares de vaqueiros e até mesmo vaqueiros, cuidando das roças e também nas atividades domésticas. Observou ainda que as dificuldades financeiras dos proprietários sertanejos os obrigavam a optar mais pela reprodução natural da mão de obra escrava que por via de compra. Deste modo, para ela, seria provável que as relações entre senhor e escravo no sertão fossem brandas, diferente de outras regiões de forte predomínio da violência.

Outro importante trabalho sobre Escravidão Negra na Paraíba é o do Luciano Mendonça de Lima (2008) que teve objetivo entender a dinâmica da escravidão num município periférico no contexto do Império brasileiro, priorizando o processo de formação de uma cultura de resistência escrava ao longo do século XIX. Situado no agreste paraibano, o antigo município de Campina Grande teve na instituição do cativo de africanos e seus descendentes uma de suas características mais marcantes, não obstante o silêncio estabelecido pela maior parte dos autores que trataram do assunto.

Partindo do questionamento dessa lacuna histórica e ideológica sobre Escravidão Negra, o autor buscou reconstituir tópicos tais como o ambiente social, econômico e político em que os cativos campinenses construíram a sua experiência; os traços demográficos da escravidão em âmbito local, com especial destaque para o precoce criouliização de sua escravaria; o processo de trabalho em sua dimensão cotidiana.

Trabalhou também com a importância do parentesco consanguíneo e espiritual no processo de formação de uma comunidade escrava de interesses; as variadas estratégias de lutas da escravaria local por dignidade e liberdade, expressas na criminalidade, no movimento de fugas e nos embates jurídicos com seus senhores, que foram atos propiciadores de um substrato político e cultural fundamental para a construção de uma identidade escrava forjada no tempo. Para atingir tal fim, lançou mão de um corpus documental constituído de três séries principais, a saber: Inventários post-mortem; Processos criminais e Ações cíveis de liberdade e escravidão. Além disso, a pesquisa foi complementada com fontes variadas, a exemplo dos Relatórios de

¹⁴ 1998.

¹⁵ 1977.

presidentes da província da Paraíba; Livros de Notas; Livros de assentos de batismos, casamentos e óbitos; Jornais; Listas de matrícula de escravos do município; Censos populacionais; Correspondências oficiais entre autoridades locais, regionais e nacionais. Em termos de perspectivas teóricas, metodológicas e historiográficas, nos ancoramos nos ensinamentos da história social inglesa, nos procedimentos de investigação da micro-história italiana e, especialmente, na rica e diversificada tradição de estudos sobre o escravismo em nosso país.

A tese da historiadora doutora e mulher preta, Solange Rocha é extremamente importante por termos uma escrita identitária, publicado em formato livro intitulada *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual* (2009), foi premiado (Prêmio Tese e buscou compreender como mulheres e homens negros (escravos e não-escravos) estabeleceram seus arranjos familiares e as estratégias elaboradas para (re)construírem os vínculos parentais em três freguesias do litoral da Paraíba oitocentista (ou século XIX). Outro objetivo foi desvelar novas imagens de mulheres e homens escravizados que recusaram a subordinação e construíram diferentes estratégias de luta para conquista da liberdade e/ou para refazer laços familiares.

A pesquisa de Rocha baseou-se sobretudo nas fontes paroquiais do século XIX, na documentação produzida pelos órgãos administrativos oficiais oriundos da administração colonial e imperial, jornais, cartas de alforria, testamentos, inventários. No desenvolvimento dos cinco capítulos foram utilizadas variadas metodologias (demografia, micro-história, ligação nominativa), buscando propiciar uma análise global do tema focado, seguida de uma redução de escala para recuperar a heterogeneidade dos grupos sociais do período em estudo, analisando suas famílias consanguíneas e as estabelecidas com o compadrio, o parentesco espiritual.

Nesse sentido, com esse estudo, Rocha colaborou não só com a história da escravidão, explorando as múltiplas e complexas experiências de mulheres e homens escravizados, mas também ampliar o conhecimento sobre a população negra não-escrava, desvelando a diversidade de ser negro nas três freguesias e contribuir com a formação da identidade do povo brasileiro.

Um outro livro destacável na historiografia paraibana recente da *Escravidão Negra* é da pesquisadora, Maria da Vitória Barbosa Lima. *Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. 2010. Este estudo tem como objetivo pensar a liberdade, na Paraíba do Século XIX, e seus diversos significados para a população negra, escrava e livre, e analisar os conflitos e os embates sociais que

essas considerações possam evocar. Trata-se de uma pesquisa fundamentada em variadas tipologias documentais, como por exemplo, jornais, correspondência de particulares e de autoridades, como chefias de Polícia, juízes municipais e outras autoridades; relatórios de Presidentes de Província; inventários e testamentos; cartas de liberdade; processos de ação e manutenção da liberdade, entre outras.

O estudo de Lima revela ainda que o fazer da liberdade social expressada no sentimento que a gente negra tinha de pertencimento a um grupo através de suas experiências e vivências. O percurso montado para atingir a liberdade iniciou percorrendo a trilha da cultura negra, dando ênfase à Festa, tanto profana quanto religiosa. Continuou com as alforrias ocorridas em duas regiões economicamente distintas: o município de Sousa, criador de gado, e a Parahyba, capital e produtora de açúcar. Foi possível perceber que outro grupo de pessoas negras - os escravos - avaliando suas poucas chances de conseguir a alforria, optou por construir a liberdade possível através das fugas. A pesquisa revelou, também, que a população livre e pobre, principalmente, a negra, vivenciou o fio tênue entre a liberdade e a escravidão, isto é, sofreu a (re)escravização

No Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Campina Grande , UFCG temos importantes contribuições para o tema Escravidão Negra como o de Wlisses Estrela de Albuquerque com o título Senhores e Escravos do Sertão: Espacialidades de Poder, violência e Resistência, 1850-1888. O autor abre uma importante e necessária discussão sobre as relações estabelecidas entre os senhores e escravos do alto sertão da Província da Paraíba, de forma específica na região da ribeira do Rio do Peixe, durante a segunda metade do século XIX (1850-1888).

Albuquerque na sua escrita procura descortinar o ambiente social sertanejo para, em seguida, evidenciar as condições de atuação dos seus agentes sociais, bem como as suas ações, práticas e experiências cotidianas. Destaca-se ainda na pesquisa de Albuquerque, as dificuldades encontradas pelos senhores do sertão para a manutenção do poder senhorial num período de declínio do sistema escravista, ao mesmo tempo em que buscamos enfatizar as atitudes dos cativos diante das oportunidades ou brechas que tal período lhes favorecia. Utilizou-se como referencial para o desenvolvimento deste trabalho os estudos da história cultural da escravidão e o método indiciário para a pesquisa documental. As fontes pesquisadas dividem-se em: 1) judiciárias – criminais e cíveis; 2) eclesiásticas – registros de batismos, casamentos e óbitos; 3) cartorárias – escrituras; 4) diversas – folhas de matrículas de escravos, recenseamento do império (1872) e

manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Através dessa variedade de fontes o autor montar um enredo historiográfico, evidenciando um sertão que se configurava em múltiplas espacialidades de natureza práticas culturais, poder, violência e resistência.

Por último e não menos importante destacamos o trabalho de José de Sousa Pequeno Filho, *Escravidão e Formação Histórica de São João do Cariri, 1780 – 1840*. Esta dissertação defendida no PPGH-UFCG trata da história social da escravidão no Sertão do Cariri da Paraíba, mais especificamente na cidade de São João do Cariri e suas áreas de influência, no período estudado, de 1780-1842, com o olhar voltado para as relações entre senhores e escravos, conflitos e tensões os quais ocorreram durante todo o período da escravidão. Para que esta pesquisa acontecesse, o autor desenvolveu um estudo que mostrasse os pontos em que senhores e escravos conviveram pelo Sertão do Cariri e suas formas de relacionamentos e resistências dos cativos, os quais deram grande contribuição para a economia e a história social nesta região do Sudoeste do Estado da Paraíba, fazendo fronteira com o vizinho Estado de Pernambuco.

Pequeno realizou nesta pesquisa, algumas indagações sobre a grande quantidade de escravos citados pelos pesquisadores da historiografia paraibana, como se dava as relações senhor escravo no meio rural, se o escravo era status e símbolo de fausto para os senhores, como circulavam os escravos na Villa Real de São João no período estudado, quais profissões exerciam, a convivência entre as famílias escravas, a venda de seres humanos no cativo e as Formas de arrematações, resistências, crimes etc. Estas e outras indagações faremos no decorrer desta pesquisa. Pequeno se respaldou teoricamente no campo da história social inglesa thompiana e pesquisando uma documentação manuscrita variada, porém dando prioridade aos inventários e documentos cartoriais como os processos crimes, cartas de alforrias; dando ênfase também a cultura material que beneficiava a população da região do Cariri.

2. CAPÍTULO II: POPULAÇÃO ESCRAVA NOS LIVROS DE BATISMOS E DE OBITOS E A CÓLERA EM ZABELÊ

Antes da conquista do sertão paraibano e especificamente da região do Cariris Velhos no século XVII onde hoje se localiza o município de Zabelê na parte sul, viviam por estas terras povos indígenas chamados de Tapuia. Este etnonimo sobrepunha a estranheza entre os grupos étnicos do sertão e do litoral, antes mesmo da chegada dos colonizadores. Entre os Tapuia havia diversas ramificações linguísticas indígenas perceptível na documentação colonial como se destacaram por suas práticas políticas de resistências os Tarairiú e Kariri (OLIVEIRA, 2009, P 23).

A região que hoje compreende o Cariri paraibano era habitada segundo Juciene Ricarte Apolinário (2018), pelos povos indígenas das ramificações linguísticas supracitadas. Os Tarairiú foram indígenas que se adaptaram a viver no bioma de Caatinga. Antes da chegada dos colonizadores como a família dos Oliveira Ledo na Capitania da Paraíba eram caçadores e coletores e migravam grandes distâncias distribuídas em vários subgrupos entre litoral e sertão de acordo com as suas necessidades de sobrevivências coletivas. Os principais grupos étnicos entre os Tarairiú destacaram-se os Ariú, os Xukurú e os Kanindé.

Segundo Silva (2016), o sul do Cariri paraibano ou Cariris Velhos, tinha segundo a autora supracitada, a presença de Xukurús, (figura 03), que foram dizimados, e há apenas duas aldeias existentes no território brasileiro. OS Xukurús- Cariri, que estão aldeados no Estado de Alagoas, e os Xukurús - Ararobá, no agreste pernambucano.

Figura 1: Mapa distribuição de etnias indígenas do Sul do cariri paraibano.

Cartograma etno-histórico na Paraíba - 1944



Fonte: Silva 2016: 23 apud IBGE, 1944.

Quanto ao povo Kariri é a designação de um importante grupo étnico do sertão nordestino, descritos com bastante propriedade pelo padre Martin de Nantes (1979) no século XVII. Esse grupo étnico esteve presente em diferentes espacialidades das capitâneas do Norte, entre as quais Pernambuco, Bahia, Paraíba e Ceará em maior número às margens do Rio São Francisco e seus principais afluentes (OLIVEIRA, 2009). De acordo com Beatriz G. Dantas (1982) e Curt Niendajú, somente quatro das suas línguas ficaram identificadas nos documentos coloniais, a saber – Kipeá-Kariri, Dzubukuá, Kamuru e Sauyá, (APOLINARIO, 2018, p 24).

Na segunda metade do século XVII no processo da chamada Guerra dos Bárbaros¹⁶, alguns grupos Kariri já aldeados no dito Rio São Francisco, lutaram ao lado dos portugueses construindo uma relação negociável, enquanto agência que lhes favorecia, evitando o enfrentamento, a violência e mortes de homens e mulheres indígenas. Estes povos estiveram envolvidos em um processo intenso de relações interétnicas em que construía as suas ações de alianças, guerras e pazes capaz de reinterpretar e ressignificar as suas práticas políticas e culturais e, notadamente das suas identidades. Destarte, passaram a criar espaços de negação, adaptação, transformação e permanências nas contínuas experiências de relações interétnicas com os

¹⁶Com o crescimento da economia pecuária no “hinterland” da extensa região semiárida nordestina do Brasil Colonial, depois da expulsão dos holandeses, as terras indígenas passaram a ser, continuamente, açambarcadas e as relações entre os povos Tapuia e colonizadores tornaram-se ainda mais conflituosas, desencadeando práticas contínuas de resistências indígenas que ficou conhecida como “Guerra dos Bárbaros”. Conflito que se deu por quase cem anos entre os séculos XVII até a segunda metade do século XVIII, alcançando desde os sertões da Bahia até o Maranhão (PIRES, 2002:33)

não-índigenas. Ainda mais enquanto “índios coloniais” que se afirmavam politicamente diante de realidades irreduzíveis construídas nos chamados sertões das capitanias do Norte (APOLINARIO, 2018, p 24).¹⁷

Homens da etnia Kariri foram arrematados, para compor as bandeiras que adentravam os sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia contra os indígenas Tarairiú. Estes últimos, lutando contra os portugueses que invadiram seus territórios para transformar em espaços de fazendas criatórias (APOLINARIO, 2018, p 24).

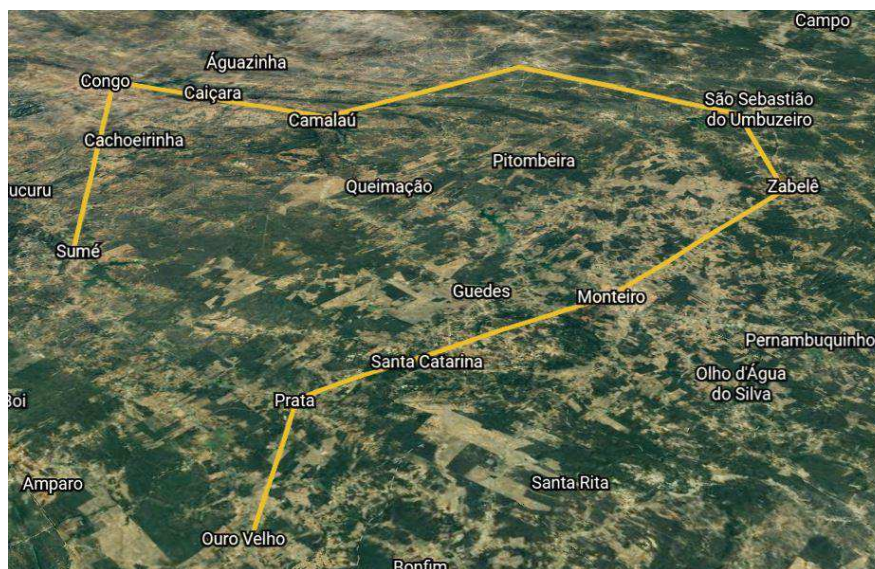
Na capitania da Paraíba, a documentação registra a presença de grupos Kariri em diferentes lugares nas paisagens ambientais que hoje denominamos de semiárido, especialmente nas regiões da Zona da Mata, do Agreste e Borborema. Na segunda metade do século XVII verifica-se a presença dos indígenas Kariri na Mesorregião da Borborema, microrregião do chamado Cariris Velhos. Nesta região alguns indivíduos deste grupo étnico foram aldeados na localidade denominada de Boqueirão, após um acordo de paz feito com o sertanista Antônio de Oliveira Ledo (APOLINARIO, 2018, p 24).¹⁸

¹⁷Usando o conceito de “índio colonial”, John Manoel Monteiro vê o processo de conquista e expansão da América Portuguesa a partir da nova história indígena. Não busca a narrativa de um indígena romântico, ora herói, ora, subordinado, mas sim, o indígena que dinamicamente sabia criar agências necessárias a permanência de si e de seu grupo étnico nos espaços coloniais. “Índio colonial” que ressignificava as suas práticas culturais diante do projeto colonial português, mas que não deixava de ser indígena, pois se reapropriava de novos processos identitários. Ver MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001. p.

¹⁸ Este aldeamento Kariri detinha terras correspondentes a atual microrregião Cariris Oriental composto pelos atuais municípios de Boqueirão, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri. No entanto os Kariri se deslocavam em toda a região dos Cariris Velhos em que está localizado o município de Zabelê.

O sul do Cariri paraibano compreende os municípios de Camalaú; Congo; Monteiro; Prata; Ouro Velho; São João do Tigre; São Sebastião do Umbuzeiro; Sumé e Zabelê. (figura 02). Conhecido também como região dos Cariris Velhos do semiárido paraibano¹⁹.

Figura 3: Mapa da região Sul do Cariri paraibano.



Fonte: Arquivo pessoal

Enquanto história local, municípios como Zabelê não são contemplados pela historiografia paraibana. Mesmo que os estudos sobre história local tenham despontado consideravelmente a partir da segunda metade do século XX. Como afirma o historiador Pierre Goubert (1972):

Denominamos história local aquela que diga respeito a uma ou a poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que uma província comum (um *county* inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês). (GOUBERT, 1972. Pág. 70).

¹⁹No artigo, “Dinâmica espaço-temporal da cobertura vegetal na Área de proteção ambiental (APA) do Cariri, Paraíba – PB, Brasil”. Lima e Almeida abordam as características do bioma e do clima do Cariri paraibano. O clima semiárido que está presente no território, se apresenta com vegetação caducifólia, com longos períodos de estiagem, e com temperatura elevada. Já no que se diz respeito ao bioma da caatinga as autoras afirmam que: “De modo geral a caatinga é caracterizada por um tipo de vegetação xeromorfa composta por florestas de porte baixo, com dossel [...] folhagem decídua na estação e árvores e arbustos comumente armados com espinhos ou acúleos (coet et al., 2015).” (Lima; Almeida. 2017, pág 700).

Enquanto tentativa de uma história local Zabelê foi citado em dois livros não de um historiador, mas de um memorialista do Padre João Jorge Rietveld. A primeira obra se intitula “Na sombra do Umbuzeiro: História da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro” (1999), em que o autor se debruça pelo povoamento do município de São Sebastião do Umbuzeiro que faz divisa com o que seria futuramente o município de Zabelê. Ao decorrer da obra Rietveld, dedica um capítulo para analisar o referido povoamento, e no primeiro capítulo cita alguns aspectos da cidade tais como o sítio arqueológico localizado no sítio Logradouro, os negros escravizados (citados brevemente), e sobre os indígenas Xukurú que mesmo sem uma pesquisa arquivística em fontes históricas ele aborda de forma incipiente.

Na segunda obra, a qual escreve juntamente com Sandra Valéria da Silva Xavier e Elaine Cristina de Sousa Silva, intitulada “A herança de Manuel Monteiro: Duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)”, traz o povoamento e a história de cada construção das capelas do município de Monteiro, a obra cita a cidade de Zabelê brevemente em algumas passagens. A partir daqui é interessante observarmos que alguns aspectos dessa obra, semelhantes ao “Na sombra do Umbuzeiro: História da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro” (1999), uma mudança até drástica no discurso, principalmente no que se diz respeito aos povos originários e aos homens e mulheres negras na sociedade escravista local.

Um exemplo disso é que na obra de 1999, em que o autor dedica mais suas narrativas sobre os escravos e escravas se compararmos com o que se fala sobre os povos originários. Na obra do referido ano o autor revela todo seu lugar político e espiritual de religioso ao afirmar “A Igreja que tentou proteger os índios, estavam no seu caso (dos escravos vindos da África), ausente” (grifos meus). Nessa passagem ele defende que os povos originários tiveram a proteção do clero, porém, na obra de 2002, o autor modifica seu discurso ao comparar pajés a feiticeiros.

No que se diz respeito aos negros escravizados, Rietveld, não os cita na obra mais recente (2002), sendo assim, a escravidão no município de Monteiro passa despercebida na obra. As duas obras são difíceis de serem achadas, ambas já não estão mais sendo publicadas pelas respectivas editoras e apenas as famílias descendentes dos “povoadores” dessas cidades tem o exemplar, ou algumas pessoas que conseguiram comprar algum

exemplar das obras. E para entendermos sobre os discursos contidos nessas obras se faz necessário conhecermos o autor de tais obras.

O Pe. João Jorge Rietveld nasceu na cidade de Geldrop na Holanda em 1953, segundo dados do blog do Wallony (2014), e tem formação nas áreas de agronomia e teologia. Chega ao Brasil em 1986 e é designado padre da paróquia de Nossa Senhora das Dores em Monteiro em 1987, em seguida em 1989, é designado vigário da Paróquia de São Sebastião, no município de São Sebastião do Umbuzeiro onde ficou até 2002.

O Padre conta com diversas obras e muitas delas são voltadas às cidades do Cariri paraibano, tratando de diversas temáticas, mas, sem deixar de lado a religião Católica. Destacamos nesse trabalho duas das suas obras, mas, podemos citar outras que também contribuem para a história das pequenas cidades do interior da Paraíba, tais como: “Centenário de Camalaú 1895-1995: Cem anos ao redor do padroeiro São José”, e “A terra da mulher que rezava: fragmentos dos cem anos de São João do Tigre 1895 – 1995”.

20

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no censo de 2010, o atual município de Zabelê²¹ está localizado, no Sul do Cariri paraibano há mais de 300 km, da capital João Pessoa, com a sua economia voltada a agricultura familiar.

O nome da cidade se remete ao pássaro Zabelê, (Figura 05), que segundo os povos originários os chamavam de Iambu. (Rietveld, 1999, pág. 197). Na passagem Rietveld, afirma que um cientista chamado Jorge Marigrove da corte de Maurício de Nassau descreve o pássaro dessa forma: “Iambu chama pelos brasileiros; é uma perdiz semelhante

²⁰ O discurso religioso está presente nas obras de Rietveld. Como explica o teórico Michael Foucault em “A ordem do discurso” (1996), é de fato excludente, a busca por um discurso de poder, como o religioso já que as minorias são invisibilizados. No caso da escrita do padre Rietveld verifica-se a exclusão do protagonismo dos negros, povos indígenas para destacar as aventuras dos conquistadores que açambarcaram as terras indígenas as doando posteriormente os territórios originários para a construção das paróquias das respectivas cidades atuais como também de suas capelas e vigarias.

²¹ A cidade na temporalidade pesquisada, fazia parte da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, atual município de São João do Cariri. Posteriormente, em 1890, tornou-se parte da Comarca de Monteiro com quem faz divisa. Em 1959, torna-se distrito do município de São Sebastião do Umbuzeiro. Apenas em 1994, zabelê ascende a título de município. Pelo último censo, realizado no ano de 2010, o município contava com 2.045 habitantes, em um território de aproximadamente 100Km². O centro econômico e educacional mais próximo é a cidade de Monteiro, que se localiza á 22 km da cidade de Zabelê.

as nossas, no tamanho e figura, sendo as penas de todo corpo de um amarelo escuro, com mecha de fusco e manchas da mesma cor” (Rietveld 1999, Apud Marigrove, 1648).

Se tinha a ave em abundancia no município, mas, por conta das ações humanas de caça a mesma está em extinção e são raras a suas aparições. Atualmente existe uma estátua no centro da cidade em homenagem a ave que dá nome ao município.

Figura 4:Iambu\ Pássaro Zabelê.



Fonte: Blog dos mendes, 2014.

De acordo com Rietveld, as terras de Zabelê foram dominadas por dois coronéis na mesma temporalidade por volta de 1837, como conta nos registros de batismo da Comarca de São João do Cariri. (pág. 80). O coronel João José da Silva, funda a Fazenda Santa Clara, e o coronel José Raposo funda a fazenda Zabelê.

José Raposo teria sido assassinado em meados de 1850 e após sua morte sua fazenda ficou nas mãos dos que eram seus escravos e após a abolição da escravidão em 1888, essas famílias de ex-escravos se deslocam e vão para o que hoje é o centro da cidade de Zabelê. Essas famílias são: os Martins, Raimundos, Alves e Balthazar (Rietveld, p 199). Uma história que está na memória local e que revela as agências escravas e os espaços de liberdade criados pelos cativos de José Raposo mesmo diante de todos os limites de uma sociedade escravista da segunda metade do século XIX e pós-abolição.

O coronel João José da Silva morre antes de 1900, não se tem um registro exato do ano da morte de João José, (pág. 83), sabe-se apenas que seu corpo fora enterrado no altar da capela de Santa Clara. A fazenda Santa Clara é o local em que se é construído o primeiro cemitério de Zabelê durante a segunda epidemia de cólera em 1862.

O local dessas fazendas atualmente faz parte da zona rural do município. A fazenda Zabelê, hoje é o sítio Serra do Fogo e a Fazenda Santa Clara é um sítio de mesmo nome. A Santa Clara continua de pé, tanto o cemitério quanto a capela, ainda existem e são um dos pontos turísticos da cidade.

O Capitão João José da Silva, teria chegado a essas terras após cometer um crime de homicídio na cidade de Garanhuns -PE. Ele era casado com Joanna mais conhecida como Janoca com quem teve filhos. Porém, o mesmo teve um caso extraconjugal com a irmã de sua esposa oficial com quem também teve filhos (Rietveld, p 80).

Ao cometer o delito João, deixa Garanhuns e foge, rumo ao que seria Zabelê. Por não ter habitantes e por ser coberta de mato, João José e Janoca, vieram para a esse território. Fazendo com que se tenha duas famílias influentes: Seus descendentes no território zabeleense, influentes na política local, quanto seus descendentes em Garanhuns que também fazem parte da política, como diz a historiadora e descendente de João José da Silva: Maria José Amaral França(Rietveld, p 80)

Após, alguns padres da comarca de São João do Cariri, a qual compreendia também o território de Zabelê, terem descoberto o porquê de o capitão estar por estas terras. Para obter seu perdão por sua bigamia, João José foi intimidado a construir a Capela de Santa Clara, que é fundada em 1863. Junto eles vieram seus escravos e escravas. Trouxeram os povos escravizados que Rietveld denomina de forma excludente e preconceituosa como invasores. Os homens e mulheres negras eram moradores sob o jugo da escravidão em Zabelê e seus protagonismos estão na memória local das práticas culturais, oralidades e os espaços de memória como o cemitério e nos livros de batismos e óbitos, enquanto fontes eclesiásticas, que arrolamos e analisamos entre 1850 e 1865.

2.2. A presença escrava nos livros de batismo de Zabelê

Livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbito. Fontes documentais no cotidiano da vida civil e eclesiástica da sociedade escravista oitocentista, que, quando em posse de religiosos das pequenas cidades como da Paraíba nos dias atuais, se encontram, geralmente, em precárias condições de preservação, não organizados, muito menos sistematizados de maneira a facilitar o trabalho do pesquisador obrigando-o a trabalhar em uma perspectiva quase arqueológica, em que todo cuidado é

pouco, sob risco de deterioração do documento. E pior é que muitos destes documentos como os de Zabelê são impedidos de serem arrolados e pesquisados sob a guarda dos párocos.

A análise desta documentação suscita questões em torno da composição de famílias cativas e de relações de compadrios, famílias espirituais, relação entre cativos e senhores, paternalismo e manumissões; dimensões de liberdades, condições de vida e de morte de cativos entre outras tantas possibilidades temáticas que perpassaram a escravidão brasileira (LARA, 1995, p 1998). Abordam-se aqui, portanto, possibilidades de diálogos, desafios e perspectivas com documentação eclesiástica como corpus documental para as pesquisas em escravidão no Brasil (CHALOUB, 1990). O corpus documental aqui trabalhado é composto por Livros Tombo, registros eclesiásticos de batismos e de óbitos de escravos.

No tocante a documentação eclesiástica, destaca-se a relação entre Igreja e escravidão, que se configurava, entre outros aspectos, pelo exercício do poder eclesiástico e administrativo por parte da Igreja e pela posse de escravos por ordens e membros do clero. Sugerindo que a exclusividade sobre o direito dos registros eclesiásticos desde o nascimento com o registro de nascimento à morte com o registro de óbito passando pelo registro de matrimônio, atribuía à Igreja uma importante dimensão de poder naquela relação, não sendo diferente para o clero local.

A documentação eclesiástica, para além do que já foi apontado, é de grande valor também por revelar dimensões da relação da Igreja e do clero com os membros da comunidade local, e, sobretudo com os homens pretos, fossem escravos ou libertos também era um importante instrumento de controle por parte da Igreja sobre aquela parcela da população colonial e imperial e o ritual do batismo era um instrumento de controle religioso (RUSSELL-WOOD, 2005).

Abdias Nascimento na obra “O genocídio do Negro Brasileiro” (2016), analisa a contribuição principalmente da igreja católica para a escravidão.

Em verdade, o papel exercido pela Igreja Católica tem sido aquele principal ideológico e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfiz com a conversão dos “infiéis”, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo á crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro. (Nascimento, 2016. Pág 62).

A preocupação com a alma não foi tão distante da brutalidade de obrigar aos homens e mulheres negras a religiosidade cristã em detrimento das de matrizes africana ou seja um etnocídio para além, do terror do tráfico negreiro como pontuou Nascimento, a salvação da alma era a tentativa de matar a identidade do povo negro no Brasil e, notadamente, no povoado de Zabelê oitocentista através dos batismos.

A premissa de que o batismo seria uma forma de salvar as almas aparece no século IV, como afirma Rocha (2007, pág. 235). Apenas no momento de contra reforma o batismo retorna a práticas primitivas com a implementação da confissão. Os padres também ganhavam dinheiro com os batismos, a autora afirma que no XIX, os padres chegavam a ganhar 320 réis por escravo batizado.

Como já fora mencionado Zabelê “nasce” na segunda metade do século XIX, por isso, se faz necessário uma abordagem do que fora a escravidão e suas justificativas, pois, enquanto o sistema escravista passava por sua crise, Zabelê estava recebendo pessoas escravizadas em seu território.

Na documentação compulsada verificamos que em Zabelê, entre 1850 e 1865, foram batizadas 15 crianças como poderemos ver na tabela a seguir. Nela consta alguns dados dessas crianças.

Tabela 1 Crianças Batizadas em Zabelê (1850 - 1865).

Nome	Origem étnica	Condi. Jurídica	Pai	Cond. jurídica (P)	Mãe	Condi. Jurídica (M)	Nascime nto
Antonia	Parda	Escrava	NC	NC	Ancieta	Escrava	22\10\18 50
Felippe	Parda	Escrava	NC	NC	Maria	Escrava	14\09\18 54
Andresa	Parda	Escrava	NC	NC	Luciana	Escrava	14\12\18 53
Martinho	Parda	Escravo	NC	NC	Manoela	Escrava	05\10\18 55
Manoela	Não Consta	Escrava	NC	NC	Manoela	Escrava	27\09\18 57

Maria	Parda	Escrava	Bento	Escravizado	Bertholeza	Escrava	24\04\18 58
André	NC	Escrava	NC	NC	Maria	Escrava	06\02\18 58
Izabel	NC	Escrava	NC	NC	Anicta	Escrava	15\05\18 58
Maria	NC	Escrava	NC	NC	Arcangela	Escrava	23\05\18 58
Pedro	NC	Escravo	NC	NC	Edvirgens	Escrava	13\05\18 58
Benedicto	Preto	Escravo	NC	NC	Edvirgens	Escrava	23\09\18 60
Aguida	Criola	Escrava	NC	NC	Sebastiana	Escrava	23\04\18 62
Generosa	Parda	Escrava	NC	NC	Maria	Escrava	11\05\18 65
Francisca	Parda	Escrava	NC	NC	Florencia	Escrava	NC
Luiza	Parda	Escrava	NC	NC	Florinda	Escrava	20\05\18 65

Fonte: Livros de batismos 08 á 12 da paróquia de Nossa senhora dos Milagres – São João do Cariri.

Como podemos perceber pela tabela, apenas uma única criança tinha o nome do pai em seu registro. Rocha afirma que “Os dados dos assuntos de batismo mostram que a população negra (escrava e não-escrava), era predominantemente de filiação natural, ou seja, comum era se ter o nome da mãe, mais raramente o do pai” (Rocha, 2007. Pág. 205). Ou seja, filhos ditos naturais, seriam aqueles que só tinham em seu registro o nome da mãe e, os filhos legítimos aqueles que continham o nome do pai e da mãe.

Assim, percebemos que a maioria das crianças batizadas em Zabelê eram filhas de mãe solo (os autores geralmente usam o termo mãe solteira, porém, não achei pertinente usar este termo). Todas as crianças apresentadas na tabela e seus pais respectivamente eram escravas. Alguns dados que seriam importantes não constam, tais como a naturalidade dos pais e avós das crianças, não estão presentes nos livros de batismo.

Outro fator a ser analisado na tabela é justamente a etnia das crianças batizadas. Observem que apenas no caso de dois recém batizados (Benedicto e Aguida), há a etnia Preta e Criola, já as demais crianças, quando aparecem no registro, aparecem como pardas. Percebemos, portanto, que o processo de mestiçagem já se fazia presente.

Não podemos afirmar diante da escassez das fontes, que esses novos cristãos são frutos das escravas com seus senhores, muito menos que foram relações de mutuo afeto, ou que existia um afeto. Mas, podemos analisar que muitas dessas crianças podem sim, ser frutos de estupros.

O mito de uma democracia racial trás nas obras dos teóricos que a abordam, uma condição de “paz” entre os escravizados e os colonos, em uma perspectiva de uma relação amigável. E um mito de que seríamos frutos de relações amorosas entre esses povos (grifos meus). Obviamente não podemos descartar que sim, houve relações entre colonos e escravos de cunho amoroso, entretanto, não podemos descartar que também ocorreu casos de estupros e não foram poucos.

E para embasar esse argumento, retornaremos a Nascimento (2016), quando o próprio analisa o mito da democracia racial:

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente de acordo com o ditado popular. Nessa versão, há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social. (Nascimento, 2016. Pág, 75)

A passagem deixa evidente que, a população atual sabe que houve esse estupro, entretanto, age como se esse ato culminasse em algo exclusivamente brasileiro, que seria o processo de mestiçagem.

Destacaremos agora o caso de Manoela e Francisca, por uma particularidade, que ambas trazem, pois, entre todas as crianças contidas na Tabela 1, elas são as únicas que tem padrinhos escravos. Analisemos a tabela 2.

A condição de apadrinhamento era muito importante entre os povos escravizados, uma vez que, a partir do momento em que se torna padrinho de alguém, automaticamente se tem uma responsabilidade quanto pai espiritual da pessoa batizada. Na falta dos pais

os padrinhos tinham a obrigação de cuidar da criança até que essa cassasse, na atualidade principalmente nos interiores essa prática ainda é vigente²². (Rocha, 2007. Pág, 241)

Tabela 2 Padrinhos, Madrinhas e suas condições jurídicas (1850 - 1865)

Nome	Padrinho	Condi. Juri. Padrinho	Madrinha	Condi. Juri. Madrinha
Antonia	Pedro Lopes da Silva	NC	Severina Perpetua de Jesus	NC
Felippe	Romário José do Amaral	NC	Cosma Maria da Conceição	NC
Andresa	Rafael	NC	Avelina	NC
Martinho	João Ouvires da Silva	NC	Maria das Dores	NC
Manoela	Ambrosio	Escravizado	Emília	Escravizada
Maria	Damião José da Silveira	NC	Constancia	NC
André	João de Almeida Pires	NC	Severina Perpetua da Conceição	NC
Izabel	Damião José da Silveira	NC	Isidora Perpetua da Conceição	NC
Maria	Malaquias Baptista Vieira	NC	Felicia Thereza de Jesus	NC
Pedro	Damião José da Silveira	NC	Theodoro Maria da Conceição	NC
Benedicto	Bento Gomes	NC	Mariana de Almeida	NC
Aguida	Fortunato Almeida Pires	NC	Maria Thereza de Jesus	NC
Generosa	Justino Gomes da Silveira	NC	Candida Maria da Conceição	NC
Francisca	Raphael	Escravizado	Nossa Senhora	NC
Luiza	Bento Gomes da Silveira	NC	Mariana Almeida da Conceição	NC

Até agora não fica evidente o porquê de que poucos escravizados eram escolhidos para apadrinhamento, talvez seria pelos escravos livres terem uma melhor condição para comprar a alforria da criança. Entretanto, nos documentos voltados a Zabelê não há registro da condição jurídicas de outros padrinhos a não ser dos escravizados.

Outro fator a ser analisado é o nome das crianças, pois, não era permitido registrar (Usamos registrar, pois, a igreja a época era uma instituição de poder, ela era responsável, por registros de nascimento, óbito, testamentos e etc.), uma criança com qualquer nome a priori eram escolhidos nomes de santo. Não era permitido que os novos cristãos tivessem algo que lembrasse seu lugar de origem.

Percebemos na tabela que até mesmo, o nome dos padrinhos já não há nenhuma menção a seu lugar de origem. Tal menção seria por mínima que seja uma permanência

da cultura e da memória desses povos, e essa falta só mostra o quão preciso, fora o processo de catequização, pois, este apagou de todas as formas a cultura desses povos.

O nome dos proprietários sempre está presente nos registros, uma vez que além de sua função de “dono”, os senhores de escravos tinham como obrigação manter os escravos na vida cristã e ensina-los sobre o cristianismo.

Outra informação contida nos registros, era o local em que cada criança era batizada, como também a data de batismo e sua naturalidade. Como Zabelê fazia parte da Comarca de Nossa Senhora dos Milagres, todos eram naturais da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, que atualmente é o município de São João do Cariri.

Como a comarca ficava longe de Zabelê, as visitas dos padres eram realizadas esporadicamente, então os batismos de Zabelê, fugiam a “regra” de batizar as crianças até os sete dias de nascido.

Observaremos na próxima tabela (Tabela 3), a nomenclatura de oratório privado á capela de Santa Clara. Analisaremos também que a Fazenda Zabelê, citada no capítulo anterior já não aparece nos registros. Ficando apenas registrada nas obras de Padre João Jorge Rietveld.

Tabela 3: Nomenclaturas do oratório de Santa Clara (1850 - 1865)

Nome	Local de Batismo	Natural de
Antonia	Casa de Oração Santa Clara	Freguesia NSM
Felippe	Oratório Privado da Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
Andresa	Oratório Privado da Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
Martinho	Oratório Privado da Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
Manoela	Oratório Privado da Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
Maria	Oratório Privado da Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
André	Capela Santa Clara	Freguesia NSM
Izabel	Capela Santa Clara	Freguesia NSM
Maria	Capela Santa Clara	Freguesia NSM
Pedro	Capela Santa Clara	Freguesia NSM
Benedicto	Capela Santa Clara	Freguesia NSM
Aguida	Oratório Privado no Zabelê	Freguesia NSM
Generosa	Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
Francisca	Fazenda Santa Clara	Freguesia NSM
Luiza	Zabelê	Freguesia NSM

Fonte: Livros de batismos de 08 a 12 da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres.

As mudanças de nomenclatura ficam evidentes na tabela. Isso se deve ao fato de que inicialmente Zabelê não contava com uma capela, como vimos na capítulo anterior, a capela fora construída como pagamento de indulgência.

A capela fora um acordo feito entre o padre da comarca de Nossa dos Milagres, uma vez que o capitão mor João José da Silva tinha cometido o crime de Bigamia e adultério, já que ele mantinha relações com sua cunhada, com quem teve filhos na cidade de Garanhuns, Pernambuco.

A construção da capela de fato beneficiou a igreja a do que já analisamos durante este capítulo, em que observamos que os batismos gerando renda ao clero, com todas as tramitações.

O fato curioso que ronda a construção da igreja é que o cemitério ficou pronto um ano antes que a própria igreja. Esse fato se deve a segunda pandemia de cólera em 1862, que assolou a região (Fato que analisaremos no próximo tópico), a construção da capela de Santa Clara só ficou pronta em 1863.

Atualmente a Capela construída com as mãos e o suor de escravizados, continua de “pé”, e anualmente se tem uma festa dedicada a padroeira do local, Santa Clara, que acontece em julho, recebendo vários artistas, principalmente da cultura paraibana como Chico César, que já fez apresentação no local.

A localidade é um dos pontos turísticos e históricos da cidade. Muitos sabem que é ali, que Zabelê nasceu, mas, poucos sabem que foi com a mão de obra escrava que se ergueu. Nas próximas figuras veremos como a capela está atualmente, tanto em sua estrutura externa, como na estrutura interna.

Figura 5: Capela de Santa Clara, 2020.



Fonte: Arquivo Pessoal

Como podemos analisar através da imagem, a construção é bem preservada, as paredes e portas estão em ótimas condições apesar do tempo. Não se sabe se elas são as portas originais.

O tumulo do Capitão Mor, João José da Silva, fica no altar da igreja como poderemos observar a seguir na figura 07.

Figura 6: Interior da Capela Santa Clara, 2021.



Fonte: Arquivo pessoal

Percebemos o interior da Capela ainda é bem preservado pelos descendentes do Capitão. Uma das descentes que reside na cidade de nome Rita de Cássia, é assistente

social e também a responsável pela pelo o que era a fazenda. E um dos descendentes é um padre que doou o prédio chamado Zabelê Bambino. Lugar onde se desenvolve as atividades do CRAS, do município, tais como: Sopão, SCFV (Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos), grupo de idosos e etc.

2.3. Vestígios da Cólera e mortes de escravos em Zabelê nos livros de Óbitos

A carne mais barata do mercado é a carne negra (Elza Soares)

Inicialmente é importante evidenciar que para o registro dos óbitos as regras não eram tão rigorosas e iguais. Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos(as), além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo(a). Em muitas paróquias assinalava-se a naturalidade do morto, sua idade, e atividade que exerceu. Em alguns casos indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. As condições do enterramento vinham por vezes mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX) e local do enterramento.

Segundo Priore na obra “Histórias da gente brasileira: Império” (2016), o período oitocentista no Brasil, é marcado por várias epidemias desde de febre amarela a cólera que foram registrados na documentação eclesiástica pelo extenso território brasileiro. E dentro desse período, temos a fundação de várias escolas de cirurgia pelo país, o que posteriormente intensifica a “guerra” entre o saber científico e o saberes ancestrais até então potencializados.

Uma leitura atenta das fontes faz emergir um universo da histórias das doenças, das práticas médicas, no qual os indígenas e o conhecimento sobre as plantas têm um papel de destaque. Riqueza e complexidade dos conhecimentos dos povos originários a respeito do mundo natural, como na mata Atlântica e bioma da Caatinga foram utilizados pelos naturalistas, médicos e botânicos e não-indígenas de uma forma geral porém nem sempre creditados explicitamente, nos textos dos colonizadores e também de historiadores contemporâneos (APOLINARIO, 2014). Os responsáveis pela “cura”, até a segunda metade do século XIX, eram pajés, benzedeiros, parteiras, barbeiros negros e negras entre outros que desde o descobrimento do Brasil, atuavam como os sábios das

práticas médicas, cuidando dos enfermos, porém, com a criação de escolas de cirurgia nas primeiras décadas dos 1800, chegando até a se proibir a prática da medicina ancestral em meados de 1870.

Enquanto as disputas entre o saber dito científico e o saberes ancestrais estavam a todo o vapor o Brasil, começava a passar pela primeira onda de epidemia de cólera em 1855, que levou ainda segundo Priori, 5% da população brasileira, segundo a autora seriam cerca de 200 mil mortos por doenças como a Cólera. (Priori, 2016).

Um dos primeiros trabalhos sobre a temática da saúde e das doenças que ceifavam a vida dos cativos foi a obra de Mary Karasch ao pesquisar a escravidão negra no Rio de Janeiro do século XIX. A autora explica que os cativos morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus tratos, dieta inadequada e doença. A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que florescia na população densa do rio urbano. As ações intencionais ou não dos senhores contribuíam diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa poderia se espalhar rapidamente pela população escrava.

Ao mergulharmos na história da doença e escravidão na Paraíba Lima (2008), afirma que, os primeiros casos de cólera chegaram por volta de dezembro do ano de 1855. A epidemia teria surgido pelos municípios que fazem divisa com o Pernambuco. E é nesta etapa que Zabelê tem parte de sua história incluída.

Em Zabelê o surto de cólera marca o nascimento do local, uma vez que no primeiro surto em 1855 ocorre a construção de cemitérios e Capelas. O padre Rietveld (1999), registra que a cidade de Monteiro, é a primeira a sofrer com a cólera na Paraíba, por fazer divisa com o Estado do Pernambuco, a cidade foi a primeira a ser atacada.

Outros municípios como, São Sebastião do Umbuzeiro, o sítio Cacimbinhas, a fazenda capim e Santa Clara, são estritamente ligados a cólera. São Sebastião do Umbuzeiro, decide seu nome pela popularidade de São Sebastião no período da epidemia de 1855, uma vez que São Sebastião teria se desviado das suas flechas, a população acreditava que o Santo os protegeria das flechas da cólera.

No primeiro surto de cólera na comarca de São João do Cariri, morreram 1.154, pessoas de cólera. Os registros apontam apenas um óbito de escravo por Cólera em Zabelê (Tabela 4). Causa estranheza só existir um óbito de escravo pela doença. No documento consta que o escravo morto foi envolto em hábito branco, e pertencia a José de Almeida. Este ritual aparece na maioria dos registros de óbitos de escravos. Isso não nos informa se os escravos eram católicos e, sequer, se eles tinham uma religião. É que o ritual católico de bem morrer era exercido pelo seu proprietário ou pelo pároco. Contraditoriamente, relações de poder existentes na sociedade escravista permitiram ao cativo, em certa medida, o direito a uma morte nos moldes católicos como envolver o corpo em panos brancos como uma representação batismal de “ser cristão” (NASCIMENTO, 2006, p 29).

Tabela 4: Escravizado acometido pela cólera em Zabelê.

Nome	sexo	Cond. Jurídica	Idade	Causa da morte	Local sepultamento	Data
Joaquim	M	Escravo	18	Cholera Morbus	Cemitério Fazenda Santa Clara	18\01\1856

Fonte: Livro de óbitos 18, Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres

Como percebemos na tabela anterior, apenas Joaquim teve seu óbito registrado nos livros. Nos registros há apenas dois escravizados com seus óbitos registrados em Zabelê, o escravo Joaquim que morre acometido pelo primeiro surto de cólera em 1856, aos 18 anos. E o escravo José que morre em 1860, aos 80 anos, a causa de sua morte não consta nos registros.

A estranheza citada, nos acomete pela historiografia que relata que os escravos foram um dos grupos mais atingidos pela cólera e outras doenças. Uma vez que, andavam descalços, que era uma marca que os diferenciava dos homens livres. Isso e outros fatores contribuíam para este grupo ser um dos mais acometidos pelas enfermidades de assombravam a população do período imperial brasileiro.

O cemitério de Santa Clara teria sido construído durante o primeiro surto de cólera, já que estavam falecendo muitas pessoas, e não se tinha um lugar para enterra-las. Essa construção feita por escravos, aos quais não se sabe o nome, tomou a frente da construção da capela, um marco dessas regiões que surgem no mesmo período que a doença surge. Todas têm seus cemitérios construídos primeiro que suas capelas.

O cemitério ainda existe como poderemos observar na Figura, ainda bem preservado, não está mais em funcionamento, como a capela, que ainda é sede de missas, batismos e casamentos.

Figura 7: Cemitério de Santa Clara, 2021.



Fonte: Arquivo pessoal

No capítulo anterior vimos que Rietveld, afirma que o cemitério fora construído em 1862, entretanto, o registro da morte de Joaquim nos comprova que o cemitério fora construído quase uma década antes do que o que fora exposto pelo padre. O que nos leva a desconfiar quando se deu o povoamento de Zabelê? As fontes escassas não nos permitem aprofundar os estudos, mas, consideremos que os registros estejam certos e Zabelê tenha mais histórias a contar do que as que conseguimos até aqui.

As lendas do local falam de um enterro para lá de emblemático em que, um acometido pela cólera estava para ser enterrado, porém, com uma forte chuva, as pessoas decidiram por deixar o defunto na cova e continuar em outro dia. No dia seguinte quando foram terminar o enterro o defunto estava sentado em sua cova e como diz o dito popular estava “Vivíssimo da Silva”.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo trazer-nos um pouco mais da história da escravidão negra na Paraíba, aos utilizarmos da história local e de fontes paroquiais como os livros de nascimento e óbitos ainda não trabalhadas. Objetivamos reafirmar a presença de negros e negras nas localidades interioranas do Cariri paraibano, em regiões nas quais prevalecia a criação do gado como disse Diana Soares de Galliza que não necessitava de uma grande mão-de-obra, mas que não se pode mais excluir as análises históricas da presença escrava negra.

Quando se iniciou a pesquisa em meados do ano de 2019, a perspectiva era de se encontrar várias documentações em torno do tema e etc. Porém, a igreja católica ainda desempenha o papel de poder e controle social, onde a pesquisa sofreu diretamente esse poder pela negativa do acesso às fontes.

Mas, apesar de todas as adversidades que surgiram nesses quase dois anos de pesquisa, o resultado que esta apresenta comprova a presença de escravos no território zabeleense, como também expõe os discursos que os cercam e que apagaram sua existência na historiografia.

Mergulhando na documentação paroquial que foram livros de Nascimento e óbitos verificou-se que o etnocídio da população negra, não ocorrera somente com a morte do corpo físico, mas, com a morte da identidade com os batismos, com as doenças como a cólera e com o esquecimento de seus protagonismos em Zabelê e, notadamente, na historiografia paraibana. Atualmente a prática do Reisado, as famílias dos Martins, Alves e Bathazar, o cemitério e a Capela de Santa Clara, são provas concretas da existência dos escravos das suas lutas e resistências.

Durante todo o estudo, o crescimento pessoal, fora extremamente relevante e ele nasce com a pesquisa, se o leitor ler e se perguntar quem é a pesquisadora deste trabalho, a pesquisa responderá por si só. Não há nada que identifica mais o pesquisador que sua pesquisa, porém, não há nada que identifique mais a identidade da autora desse estudo, do que o fim desta.

Desde a capa, a cada vírgula, tem um pouco da pesquisadora que é mulher negra e habitante da região em que a pesquisa se embasa. Aprendemos durante a graduação que devemos nos afastar do nosso objeto de estudo, mas, em particular, é preterível para mim

estar perto da temática que escolhi pesquisar. Na verdade, fora ela que me escolheu nas adversidades do mundo acadêmico.

A história de Zabelê, não é só essa pesquisa, a história dos negros de Zabelê, não para aqui, mas, isso, já são outras histórias e outras pesquisas.

FONTES DOCUMENTAIS PESQUISADAS

Fundo do Instituto Histórico do Cariri

Livros de Batismo: 08 – 12. 1850 – 1865.

Livro de óbito 18. – 1856 – 1860.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888.** Campina Grande, 2011.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial. Vivências escravistas em Arraias (1739-1800).** 2. Ed. Goiânia: Kelps, 2007.

_____. Contatos interétnicos entre povos indígenas e colonizadores no sertão da capitania da Paraíba entre os séculos XVII ao XVIII. In> REGO, André de Almeida e APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Novas Histórias dos Povos Indígenas no Brasil.* Salvador: SAGA, 2018.

_____. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América Portuguesa.. Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX.. 1ed.: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, v. 5.

ARAÚJO, Maria Farias de. **Governadores das nações e corporações: Cultura Política e Hierarquias de cor em Pernambuco (1776 – 1817).** Dissertação de Mestrado. Niterói, 2007.

ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo. **Uma discussão acerca do poder durante o Antigo Regime .**In *Estratégias de Poder na América Portuguesa.* Ética, Imperatriz – MA, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade.** Rio Grande do Sul. São Paulo: DIFEL.

CARVALHO, Marcus J. M. **“Os caminhos do rio: negros canoeiros no Recife na primeira metade do século XIX”.** In *Afro-Ásia, Bahia, 19-20 (1997).*

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição da escravidão.** [S.l: s.n.], 1982.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: vol 02-** São Paulo: Le Ya. 2016.

FILHO, José Pequeno. **Experiências Vividas: Escravidão e formação histórica de São João do Cariri – 1783 – 1843.** UFPB, João Pessoa, 2017.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, J. L. R. & FLORENTINO, M. G. **Marcelino, filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872).** Estudos Econômicos. São Paulo, v. 17, número 2, pp. 151-173, maio/ago. 1987.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888.** Editora Universitária/UFPB, 1979.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de zumbi dos Palmares.** Vol; 01. 1ª ed – Rio de Janeiro: Globo livros.2019

GORENDER, Jacob. **Escravidão Colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

GOUBERT, Pierre. **Local History.** IN: Historicalstudies today. Ed. By Felix Gilbert and Stephen R. Goubard. N.Y. Norton & CO., 1972. Tradu. Marta M. Lagos. Revista Arrabaldes. Ano I, n. 1, Maio\Agosto, 1988.

Horizonte: EDUFMG, 2001

IBGE. **Instituto brasileiro de geografia e estatística.** Disponível em; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/zabele/panorama> Acesso em:08\05\2021.

KARASCH, Mary. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Cia.das Letras, 2000..

LARA, Silvia Hunold. **Campos da iolência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX.** Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX).** Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX;** tradução de Sônia Fuhmann – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2016.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala.** 4ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do, **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3ª ed – São Paulo: Perspectivas. 2016.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Padrões e Tendências das Enfermidades e Causas Mortais entre os escravos e libertos na Região Sudoeste da Bahia (1867-1887).** In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E

DIVERSIDADE, 3., 2006, Caetité; Vitória da Conquista, Bahia. *Anais...*, v. 1. Vitória da Conquista, BA: Eureka, 2006.

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. **Entre a Pré-História e a História: em busca de uma cultura histórica sobre os primeiros habitantes do Cariri Paraibano**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da UFPE, João Pessoa, 2009.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789**. Belo

Pereira da Rocha, Solange; Maria Godoy Silveira, Rosa. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RICOUER, Paul, 1913. **A memória, a história e o esquecimento** – tradução: Alain François [et. al] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIETVELD, Pe. João Jorge. **Na sombra do umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: IMPRELL, 1999. A herança de Manuel Monteiro

SCHLEUMER, Fabiana. **Cenários da Escravidão Colonial**. In Revista Ultramares. Dossiê Nº 1, Vol.1, jan-jul/2012. pp. 97-120.

SILVA, Elenilda Sinésio Alexandre da. **Retomar nosso Chão: Antropologia e história do povo indígena Xucuru no Sul do cariri paraibano**. UFCG; Sumé, 2016.

SILVA, Eleonora Felix da. **Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Arêa” oitocentista**. UFCG. Campina Grande – PB, 2010.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870 – 1888)**. UFPB. João Pessoa, 2016.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1999.

SOUTO, Pedro Nicácio. **As últimas décadas da escravidão na Paraíba do Norte (1860 – 1910): escravos livres e o movimento abolicionista**. USP. São Paulo, 2021.